

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS

3º Trimestre/2022

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	3
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA.....	8
NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
NOTA 3 RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS.....	10
NOTA 4 RECEITAS E DESPESAS - EXCETO TRIBUTOS	11
NOTA 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
NOTA 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	16
NOTA 7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	16
NOTA 8 CONTAS NACIONAIS.....	18
NOTA 9 CONTAS INTERNACIONAIS	20
NOTA 10 ESTOQUES.....	20
NOTA 11 FORNECEDORES	20
NOTA 12 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	21
NOTA 13 TRIBUTOS.....	25
NOTA 14 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	28
NOTA 15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	30
NOTA 16 RECEITAS A APROPRIAR	31
NOTA 17 ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	31
NOTA 18 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS.....	31
NOTA 19 INVESTIMENTOS.....	32
NOTA 20 IMOBILIZADO	33
NOTA 21 INTANGÍVEL.....	33
NOTA 22 DIVIDENDOS A PAGAR.....	34
NOTA 23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	34
NOTA 24 PARTES RELACIONADAS.....	35
NOTA 25 OUTRAS INFORMAÇÕES.....	36
NOTA 26 EVENTOS SUBSEQUENTES	36



BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03				
ATIVO	Nota	30/09/2022	31/12/2021 (Reclassificado)	
CIRCULANTE		4.395.254	3.922.883	
Caixa e equivalentes de caixa	<u>5</u>	443.186	87.670	
Aplicações financeiras	<u>6</u>	1.381.201	826.586	
Títulos e valores mobiliários	<u>7</u>	11.723	20.104	
Contas a receber		2.129.759	2.687.840	
Contas a receber nacionais	8.1	1.546.056	2.066.868	
Contas a receber internacionais	9.1	583.703	620.972	
Estoques	<u>10</u>	68.860	53.466	
Despesas antecipadas	18.1.1	8.613	-	
Outros valores e bens		351.912	247.217	
Convênio Postal Saúde	12.1.5.1	560	537	
Adiantamento de Pessoal	12.1.4	144.660	57.125	
Impostos e encargos sociais a compensar	13.5	156.942	152.589	
Cobrança jurídica/inadimplência	8.2	6.484	6.915	
Outros débitos	18.1	43.266	30.051	
NÃO CIRCULANTE		14.119.587	13.790.969	
Realizável a longo prazo		5.746.059	5.574.295	
Contas a receber internacionais	9.1	231.035	478.424	
Aplicações financeiras	<u>6</u>	3.077.895	2.731.819	
Tributos diferidos	13.4.1	947.710	935.059	
Depósitos judiciais, recursais e administrativos	14.4	100.328	104.853	
Tributos a compensar	13.1	1.380.041	1.317.798	
Outros Débitos	18.1	9.050	6.342	
Investimentos		1.414.263	1.414.768	
Propriedades para investimentos	19.1	1.413.207	1.413.709	
Museu	19.2	1.056	1.059	
Imobilizado	<u>20</u>	6.931.164	6.775.299	
Imóveis		3.707.597	3.659.930	
Móveis		1.722.587	1.564.629	
Imóveis - arrendamento		1.496.502	1.548.425	
Móveis - arrendamento		4.478	2.315	
Intangível	<u>21</u>	28.101	26.607	
TOTAL DO ATIVO		18.514.841	17.713.852	

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/09/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		5.015.377	4.958.545
Fornecedores	11	986.227	1.131.044
Salários e consignações	12.1.1	1.515.638	1.066.450
Encargos sociais	12.1.2	246.369	371.629
Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA	12.1.3	28.476	62.676
Impostos e contribuições	13.6	186.892	271.705
Arrecadações e recebimentos	17	84.159	45.608
Receitas a apropriar	16	175.418	281.105
Contas a pagar internacionais	9.3	20.330	6.511
Precatórios e RPVs	14.3	245.863	218.405
Empréstimos e financiamentos	15	330.933	154.355
Benefício pós-emprego	12.3	234.031	265.271
Convênio Postal Saúde	12.1.5.2	217.370	133.050
Obrigações trabalhistas - IFD	12.2.1	326.968	296.606
Arrendamento	20.1.2	336.162	323.440
Instrumentos Financeiros - Derivativos	7.2	3.384	8.610
Dividendos a pagar	22	-	250.705
Outros créditos	18.3	77.157	71.375
NÃO CIRCULANTE		10.953.254	10.505.898
Contas a pagar internacionais	9.3	40.708	49.194
Benefício pós-emprego	12.3	7.156.590	6.901.105
Tributos diferidos	13.4.2	429.047	423.985
Precatórios e RPVs	14.3	170.304	18.927
Obrigações trabalhistas - IFD	12.2.1	762.290	883.154
Arrendamento	20.1.2	1.323.517	1.357.283
Provisões para contingências	14.1	1.070.774	871.962
Outros	18.3	24	288
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.546.210	2.249.409
Capital social	23.1	3.403.458	3.403.458
Reservas de lucro	23.2	971.241	1.192.241
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	23.3	3.365.954	3.391.051
Outros Resultados Abrangentes - ORA	23.4	(5.703.670)	(5.737.341)
Lucros acumulados		509.227	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.514.841	17.713.852

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE

CNPJ 34.028.316/0001-03	Nota	3º TRIM./2022	3º TRIM./2021 (Reclassificado)	30/09/2022	30/09/2021 (Reclassificado)
Receita líquida de vendas e serviços	4.1	4.974.032	5.622.909	14.938.943	15.551.372
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	4.2	(3.775.113)	(3.130.505)	(10.522.375)	(9.683.590)
Lucro bruto		1.198.919	2.492.404	4.416.568	5.867.782
Despesas com vendas/serviços	4.2.63	(485.700)	(623.099)	(1.557.121)	(1.716.571)
Despesas gerais e administrativas	4.4	(909.851)	(771.747)	(2.808.281)	(2.266.205)
Outras receitas operacionais	4.5	101.745	136.502	353.647	433.767
Outras despesas operacionais	4.6	(3.388)	(37.372)	(9.142)	(39.920)
Lucro líquido antes do resultado financeiro		(98.275)	1.196.688	395.671	2.278.853
Receitas financeiras	4.7	163.620	169.559	709.538	398.383
Despesas financeiras	4.8	(188.521)	(151.352)	(805.299)	(578.787)
Resultado financeiro		(24.901)	18.207	(95.761)	(180.404)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(123.176)	1.214.895	299.910	2.098.449
Tributos sobre o lucro	13.2	1.567	(118.070)	(37.319)	(193.161)
Tributos correntes		(5.563)	(94.967)	(45.884)	(151.977)
Tributos diferidos		7.130	(23.103)	8.565	(41.184)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(121.609)	1.096.825	262.591	1.905.288

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA

CNPJ 34.028.316/0001-03	3º TRIM./2022	3º TRIM./2021	30/09/2022	30/09/2021
Resultado líquido do exercício	(121.609)	1.096.825	262.591	1.905.288
Itens que não serão reclassificados para o resultado	12.733	(845)	10.726	(2.533)
Remensuração de obrigações de benefício pós-emprego	(430)	(845)	(1.288)	(2.533)
Ganho/realização de ganho a valor justo – propriedade para investimento	13.163	-	13.773	-
Realização de ganho pela venda de imóvel	-	-	(571)	-
CSLL diferida	-	-	(1.188)	-
Itens que serão reclassificados para o resultado	(306)	(488)	22.945	(1.869)
Investimentos patrimoniais VJORA – variação valor justo	(306)	(537)	25.213	(2.054)
CSLL diferida	-	49	(2.268)	185
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(109.182)	1.095.492	296.262	1.900.886

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

CNPJ 34.028.316/0001-03	CAPITAL	ADIANT. P/ FUT. AUMENTO DE CAPITAL - AFAC	RESERVA DE LUCROS				RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - AAP	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA ESTATUTÁRIA				
Saldo em 31/12/2020	3.382.514	20.944	-	-	-	-	(859.182)	(4.935.749)	3.341.213	949.740
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.905.288	-	-	1.905.288
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(2.533)	-	(2.533)
Ganhos/(perdas) em invest. - VJORA	-	-	-	-	-	-	-	(2.054)	-	(2.054)
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	185	-	185
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	10.724	-	(10.724)	-
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	(87.621)	(87.621)
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	-	8.851	8.851
Saldo em 30/09/2021	3.382.514	20.944	-	-	-	-	1.056.830	(4.940.151)	3.251.719	2.771.856
Saldo em 31/12/2021	3.403.458	-	72.147	564.085	367.980	188.029	-	(5.737.341)	3.391.051	2.249.409
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	262.591	-	-	262.591
Utilização de reservas	-	-	-	-	(221.000)	-	221.000	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(1.288)	-	(1.288)
Ganhos/(perdas) em invest. - VJORA	-	-	-	-	-	-	-	25.213	-	25.213
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	(2.268)	-	(2.268)
Realização – venda de imóvel	-	-	-	-	-	-	3.305	(571)	(2.734)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	22.331	-	(22.331)	-
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.514)	(2.514)
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	-	2.482	2.482
Ganho/realização de ganho valor justo – Propriedade para Investimento	-	-	-	-	-	-	-	13.773	-	13.773
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	(1.188)	-	(1.188)
Saldo em 30/09/2022	3.403.458	-	72.147	564.085	146.980	188.029	509.227	(5.703.670)	3.365.954	2.546.210

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

CNPJ 34.028.316/0001-03	30/09/2022	30/09/2021 Reclassificado
Atividades operacionais		
Lucro do período	262.591	1.905.288
Itens que não afetam o caixa	532.747	460.171
Depreciação e amortização	379.114	375.692
Provisões	402.590	175.285
Despesas de variação patrimonial e perdas	23.694	29.466
Receita de variação patrimonial	(165.031)	(133.816)
Atualização de créditos tributários – Imunidade tributária e Banco Postal	(59.792)	(17.422)
Resultado da alienação de bens	(7.912)	-
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Propriedades para investimento	(39.182)	32.284
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Hedge	(734)	(1.318)
Mutações patrimoniais	1.260.791	654.149
Contas a receber (circulante e não circulante)	805.470	(341.163)
Estoques	(15.394)	(7.874)
Outros valores e bens	51.723	30.322
Arrendamento (ativos e passivos)	120.504	117.527
Realizável a longo prazo (exceto contas a receber e aplicações)	(13.287)	131.577
Fornecedores	(144.817)	(80.968)
Salários e consignações	449.188	206.029
Encargos sociais	(125.260)	9.155
Impostos e contribuições	(84.813)	949
Incentivo Financeiro Diferido – IFD/PDI (nota 12.2)	(90.502)	453.364
Precatórios (circulante e não circulante)	178.835	197.087
Convênio Postal Saúde (passivo)	84.320	(34.332)
Outras obrigações	44.824	(27.524)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.056.129	3.019.608
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras (ativo não circulante)	(896.802)	(2.796.547)
Adições - imobilizado	(379.718)	(165.889)
Adições - intangível	(12.989)	(12.205)
Adições - propriedades para investimento	(50.195)	-
Baixas - imobilizado	26.752	29.056
Baixas - propriedades para investimento	8.418	9.214
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(1.304.534)	(2.936.371)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	500.000	250.000
Transferências para a União	(250.705)	-
Empréstimos e financiamentos - Principal	(322.917)	(223.958)
Empréstimos e financiamentos - Juros	(54.514)	(18.461)
Arrendamento - Principal	(175.498)	(170.301)
Arrendamento - Juros	(92.445)	(85.751)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(396.079)	(248.471)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	355.516	(165.234)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	87.670	568.174
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	443.186	402.940

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

CNPJ 34.028.316/0001-03	30/09/2022	30/09/2021
Geração do valor adicionado		
1. Receitas	15.770.525	16.500.502
Receitas operacionais	15.447.189	16.109.063
(Perda)/reversão de crédito de liquidação duvidosa	(30.311)	(42.328)
Outras receitas operacionais	353.647	433.767
2. Insumos adquiridos de terceiros	(5.567.521)	(4.913.668)
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(5.083.476)	(4.503.186)
Serviços adquiridos de terceiros	(10.505)	(9.873)
Provisões diversas	(473.540)	(400.609)
3. Valor adicionado bruto (1+2)	10.203.004	11.586.834
4. Retenções	(379.114)	(375.692)
Depreciação/amortização	(379.114)	(375.692)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3+4)	9.823.890	11.211.142
6. Valor adicionado recebido em transferência	709.538	398.383
Receitas financeiras	709.538	398.383
Valor adicionado a distribuir	10.533.428	11.609.525
Distribuição do valor adicionado		
7. Pessoal e encargos	7.238.486	7.008.524
Salários, honorários e benefícios	6.764.980	6.604.892
Encargos sociais	473.506	403.632
8. Impostos, taxas e contribuições	1.773.274	1.731.356
INSS	1.184.564	1.000.027
Impostos e contribuições (exceto CSLL)	542.826	579.352
Contribuição social (tributo corrente)	45.884	151.977
9. Remuneração do capital de terceiros	1.259.077	964.357
Aluguéis, juros, variação cambial	818.656	606.617
Outras remunerações a terceiros	440.421	357.740
10. Remuneração de capital próprio	262.591	1.905.288
Lucro/reserva retidos	262.591	1.905.288
Total do valor distribuído	10.533.428	11.609.525

NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Histórico da Empresa

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCOM) com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente, pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nº 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

Os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Conforme previsto em Lei, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas no objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento.

No campo social, os Correios atuam como agente da integração nacional ao garantirem à população a oferta permanente dos serviços postais básicos de qualidade, em todo território nacional, a preços acessíveis, além de promoverem o acesso à cidadania, sendo um verdadeiro balcão de serviços ao cidadão e braço logístico do Estado, cujas ações garantem a execução de políticas públicas diversas.

Desde a criação do Correio-mor em 1663 ainda no período colonial, os Correios estão presentes na vida dos brasileiros. A sua capilaridade e o perfil dos colaboradores nativos de cada região, permite entender e atender as necessidades das pessoas, desde os grandes centros urbanos até as que vivem nas localidades mais longínquas do território nacional. Adequando-se às demandas de consumo da sociedade e às novas formas de se fazer comércio, oferecem serviços socialmente responsáveis para o desenvolvimento de todas as regiões do país, indistintamente.

NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis intermediárias compreendem as informações trimestrais elaboradas de acordo com a Resolução CFC nº 1.174/2009 (CPC 21 – R1) e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a legislação societária (Lei nº 6.404/1976, alterada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009) e as normas e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada em conformidade às disposições do CPC 09 aprovado pela Resolução CVM nº 117/2022 e apresentada em conjunto com Demonstrações Contábeis exigidas por lei.

Nesses termos, a Diretoria Executiva, em **17 de novembro de 2022**, autoriza a emissão e o encaminhamento das Demonstrações Contábeis ao Conselho de Administração para manifestação. Após a emissão, somente o sócio tem o poder de alterá-las, contudo, os conselheiros ou o Comitê de Auditoria podem propor alterações nos textos das notas explicativas a fim de garantir maior transparência e integridade das informações.

2.2. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração dos Correios não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3. Principais políticas e práticas contábeis



As políticas e práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essas políticas vêm sendo aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados.

As Demonstrações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações de 2021.

NOTA 3 RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS

Os Correios, visando garantir maior aderência as informações divulgadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa, efetuou a reclassificação das informações anteriormente consolidadas em grupos diversos aos atuais, conforme detalhado a seguir.

3.1. Impactos das reclassificações no Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO	Nota	31/12/2021 (Publicado)	RECLASSIFICAÇÃO	31/12/2021 (Reclassificado)
Caixa e equivalentes de caixa		914.256	(826.586)	87.670
Aplicações financeiras (circulante)	3.1.1	-	826.586	826.586

3.1.1. Aplicações financeiras (circulante)

Foram transferidos para o grupo os valores correspondentes às aplicações financeiras realizadas em fundos exclusivos, os quais possuem prazo de vencimento superior a três meses.

3.2. Impactos das reclassificações na Demonstração do Resultado – DRE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE	Nota	30/09/2021 (Publicado)	RECLASSIFICAÇÃO	30/09/2021 (Reclassificado)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	3.2.1	(11.318.005)	1.634.415	(9.683.590)
Despesa com vendas e serviços		(82.156)	(1.634.415)	(1.716.571)

3.2.1. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Em virtude da revisão aos termos dos contratos com as AGFs, foi realizada a reclassificação da remuneração para o grupo de despesa com vendas e serviços.

3.3. Impactos das reclassificações na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC	Nota	30/09/2021 (Publicado)	RECLASSIFICAÇÃO	30/09/2021 (Reclassificado)
Contas a receber	3.3.1	(279.039)	(62.124)	(341.163)
Fornecedores	3.3.2	(60.578)	(20.390)	(80.968)
Encargos sociais	3.3.2	(11.235)	20.390	9.155
Outras	3.3.1	(89.648)	62.124	(27.524)
Aplicações financeiras	3.1.1	(2.101.836)	(694.711)	(2.796.547)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.1.1	572.954	(4.780)	568.174
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.1.1	1.102.431	(699.491)	402.940

3.3.1. Contas a receber e outros

Face a existência de créditos a conceder a clientes em valores superiores aos débitos gerados no período, efetuou-se a reclassificação dos créditos a serem compensados nos próximos meses da conta de serviço a faturar para receitas a apropriar.

3.3.2. Fornecedores e encargos sociais

Para melhor representação do efeito das transações efetuou-se reclassificação dos valores pendentes de pagamento ao Postalís, da rubrica de fornecedores para encargos sociais.

NOTA 4 RECEITAS E DESPESAS - EXCETO TRIBUTOS

4.1. Receita líquida de vendas e serviços

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	3º TRIM./2022	3º TRIM./2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita bruta de vendas e serviços	5.141.233	5.828.896	15.462.359	16.130.932
(-) Deduções	(167.201)	(205.987)	(523.416)	(579.560)
(-) Impostos	(161.481)	(192.827)	(508.246)	(557.691)
(-) Descontos incondicionais	(5.498)	(4.647)	(12.964)	(13.020)
(-) Receitas canceladas	(222)	(8.513)	(2.206)	(8.849)
TOTAL	4.974.032	5.622.909	14.938.943	15.551.372

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	3º TRIM./2022	PART. (%)	3º TRIM./2021	PART. (%)	30/09/2022	PART. (%)	30/09/2021	PART. (%)
Encomenda	2.584.542	50,3%	3.305.165	56,7%	8.149.504	52,7%	9.179.694	56,9%
Mensagem	1.246.587	24,2%	1.339.400	23,0%	3.771.477	24,4%	4.137.925	25,7%
Internacional	1.025.765	20,0%	846.423	14,5%	2.565.540	16,6%	1.841.120	11,4%
Logística	55.226	1,1%	109.308	1,9%	243.164	1,6%	283.501	1,8%
Marketing	115.586	2,2%	94.281	1,6%	284.480	1,8%	281.222	1,7%
Malote	67.041	1,3%	68.319	1,2%	195.019	1,3%	200.426	1,2%
Conveniência e outros	46.486	0,9%	66.000	1,1%	253.175	1,6%	207.044	1,3%
TOTAL	5.141.233	100,0%	5.828.896	100,0%	15.462.359	100,0%	16.130.932	100,0%

RECEITAS DE MONOPÓLIO E CONCORRENCIAL	3º TRIM./2022	PART. (%)	3º TRIM./2021	PART. (%)	30/09/2022	PART. (%)	30/09/2021	PART. (%)
Monopólio	1.178.228	22,9%	1.316.835	22,6%	3.666.651	23,7%	4.056.965	25,2%
Concorrencial	3.963.005	77,1%	4.512.061	77,4%	11.795.708	76,3%	12.073.967	74,8%
TOTAL	5.141.233	100,0%	5.828.896	100,0%	15.462.359	100,0%	16.130.932	100,0%

4.2. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	3º TRIM./2022	3º TRIM./2021	30/09/2022	30/09/2021
Pessoal	(2.366.693)	(1.993.263)	(6.583.952)	(6.492.379)
Salários, encargos e benefícios	4.2.1 (2.118.467)	(1.734.737)	(5.919.681)	(5.146.128)
Saúde	4.2.2 (248.209)	(258.272)	(663.800)	(755.115)
Incentivo Financeiro – PDV e PDI	4.2.3 (17)	(254)	(471)	(591.136)
Transporte de malas e malotes	4.2.4 (653.126)	(487.392)	(1.772.477)	(1.387.515)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas	4.2.5 (407.285)	(331.100)	(1.089.220)	(873.156)
Depreciação e amortização	(119.284)	(117.309)	(350.721)	(333.669)
Bens de direito de uso – CPC 06(R2)	(59.160)	(56.955)	(175.498)	(170.301)
Demais bens	(60.124)	(60.354)	(175.223)	(163.368)
Material e produtos	4.2.6 (101.137)	(77.855)	(296.375)	(200.022)
Utilidades	(65.411)	(71.859)	(230.952)	(242.096)
Aluguéis	4.2.7 (41.776)	(31.732)	(127.522)	(84.192)
Internacionais	(15.969)	(15.880)	(47.294)	(51.013)
Impostos, taxas e contribuições	(4.432)	(4.115)	(23.862)	(19.548)
TOTAL	(3.775.113)	(3.130.505)	(10.522.375)	(9.683.590)

4.2.1. Salários, encargos e benefícios

A elevação na despesa ocorre em razão do acúmulo dos reajustes concedidos em 2021 e 2022, tendo em vista que o aumento ocorrido deve-se ao reajuste salarial de 9,75% aplicado pela empresa em dezembro de 2021, retroativamente à data base de 1º de agosto de 2021, devido ao Dissídio Coletivo de Greve, bem como ao cumprimento de decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que homologou em 01 de setembro de 2022, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT –

2022/2023) o reajuste salarial de 10,12% na folha dos empregados, também aplicado retroativamente à data base de 1º de agosto de 2022.

4.2.2. Saúde

A redução observada na despesa acumulada de setembro de 2022 em relação ao mesmo período do exercício anterior, corresponde, principalmente, à implementação, a partir de agosto de 2021, do custeio integral dos gastos com saúde pelos aposentados.

4.2.3. Incentivo Financeiro - PDV e PDI

A variação nas despesas acumuladas em setembro de 2022 e 2021, deve-se ao reconhecimento em fevereiro e abril de 2021 da despesa referente ao incentivo financeiro a ser pago nos próximos 5 anos aos empregados que aderiram ao Plano de Desligamento Incentivado - PDI ofertado pela Empresa, conforme disposto na nota 12.2.

Ressalta-se que, até setembro de 2022, houve o desligamento remanescente de empregados referente ao PDI de 2021, em virtude de decisões judiciais, ensejando o reconhecimento adicional de despesa neste exercício.

4.2.4. Transporte de Malas e Malotes

O acréscimo em despesas com transporte, deve-se a reajustes contratuais e aumento dos combustíveis no decorrer de 2022.

4.2.5. Serviços de Pessoas Físicas/Jurídicas

O aumento deve-se principalmente aos gastos com empresas contratadas para a prestação de serviços nas unidades operacionais com foco na distribuição de objetos – Execução indireta de Serviços (EIS)-Distribuição.

4.2.6. Material e produtos

A elevação dessa despesa deve-se, principalmente, a materiais de consumo utilizados nas operações.

4.2.7. Aluguéis

O acréscimo nessa rubrica deve-se aos reajustes contratuais de locação de imóveis.

4.3. Despesas com vendas/serviços

DESPESAS COM VENDAS/SERVIÇOS		3º TRIM./2022	3º TRIM./2021	30/09/2022	30/09/2021
Remuneração de unidades terceirizadas		(471.688)	(595.648)	(1.515.703)	(1.673.056)
Provisão de perdas	4.3.1	(8.301)	(27.136)	(25.942)	(42.452)
Perdas	4.3.2	(2.876)	(38)	(6.932)	(80)
Outros	4.3.3	(2.835)	(277)	(8.544)	(983)
TOTAL		(485.700)	(623.099)	(1.557.121)	(1.716.571)

4.3.1. Provisão de Perdas

A redução ocorrida deve-se pelo recebimento de valores a receber de administrações postais.

4.3.2. Perdas

O aumento na despesa em relação ao período anterior refere-se, principalmente, ao desconhecimento do direito a receber da rede terceirizada face a baixa expectativa de retorno de benefícios econômicos futuros para a empresa.

4.3.3. Outros

Corresponde, principalmente, ao incentivo às vendas devido/pago aos empregados e às despesas com propaganda e publicidade.

4.4. Despesas gerais e administrativas

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		3º TRIM./2022	3º TRIM./2021	30/09/2022	30/09/2021
Pessoal		(593.885)	(450.286)	(1.622.429)	(1.516.652)
Salários, encargos e benefícios		(593.885)	(450.275)	(1.622.421)	(1.385.668)
Incentivo Financeiro Diferido – IFD	4.4.1	-	(11)	(8)	(130.984)
Precatórios e RPVs		(105.181)	(177.480)	(369.803)	(316.449)
Postal Saúde - Aporte	4.4.2	-	-	(221.000)	-

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		3º TRIM./2022	3º TRIM./2021	30/09/2022	30/09/2021
Pós-emprego		(72.091)	(56.749)	(224.245)	(173.761)
Contingências		(109.462)	(47.227)	(198.813)	(160.046)
Constituição de provisão para perdas	4.4.3	(15.534)	(1.715)	(97.616)	(25.494)
Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA	4.4.4	(327)	-	(24.993)	-
Depreciação/amortização	4.4.5	(10.558)	(12.752)	(28.393)	(42.023)
Variações patrimoniais e perdas	4.4.6	(1.258)	(24.532)	(16.763)	(29.385)
Serviços prestados por pessoas físicas/jurídicas e outros		(1.412)	(788)	(3.800)	(1.816)
Impostos, taxas e contribuições		(138)	(140)	(381)	(477)
Acordo judicial		(5)	(78)	(45)	(102)
TOTAL		(909.851)	(771.747)	(2.808.281)	(2.266.205)

4.4.1. Incentivo Financeiro – PDI e PDV

A variação nesta rubrica, deve-se ao reconhecimento, em fevereiro de 2021, da despesa referente ao incentivo financeiro a ser pago nos próximos 5 anos aos empregados que aderiram ao primeiro ciclo do Plano de Desligamento Incentivado - PDI ofertado pela Empresa, conforme disposto na nota 12.2.

4.4.2. Postal Saúde - Aporte

Refere-se ao repasse inicial de R\$ 221.000 à Operadora para cobertura das garantias financeiras exigidas para alteração da condição jurídica dos Correios de mantenedor/patrocinador para somente patrocinador do plano de saúde.

4.4.3. Constituição de provisões para perdas

O acréscimo na despesa acumulada deve-se à perda esperada sobre de valores a receber de ex-empregados.

4.4.4. Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA

Em 2022, houve o reconhecimento da provisão de PLR e da Remuneração Variável Anual de Dirigentes-RVA, em razão dos resultados positivos e da completa absorção de prejuízos acumulados no exercício anterior.

4.4.5. Depreciação/Amortização

A variação dessa despesa deve-se a amortização em 2021 de softwares de alto valor agregado, bem como da transferência de imóveis do imobilizado para propriedades para investimento, também em 2021, que deixaram de ser depreciados em 2022.

4.4.6. Variações patrimoniais e perdas

A redução nesta rubrica deve-se, principalmente, ao reconhecimento do valor justo de imóveis, cujas perdas em 2021 foram superiores as de 2022.

4.5. Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		3º TRIM./2022	3º TRIM./2021	30/09/2022	30/09/2021
Despesas recuperadas		3.618	979	98.179	98.084
Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD	4.5.1	-	-	74.980	-
Multas aplicadas a fornecedores	4.5.2	32.178	12.781	63.400	35.066
Ganho a valor justo - Propriedades para investimento	4.5.3	37.309	1.617	40.520	1.617
Multas aplicadas a clientes		5.639	4.814	16.967	16.610
Taxa mensal de franquia – AGF		4.610	5.838	14.845	16.421
Lucro na alienação de bens móveis e imóveis		6.260	5.278	12.270	7.704
Taxa inicial de franquia - AGF	4.5.4	4.786	684	11.487	1.957
Outras reversões de provisões		-	-	2.143	7
Reversão - provisão de benefício pós-emprego	4.5.5	429	102.491	1.288	267.652
Recuperação de perda - REFIS		33	49	88	312
(-) Receitas canceladas		(351)	(402)	(9.711)	(24.222)
Outros		7.234	2.373	27.191	12.559
TOTAL		101.745	136.502	353.647	433.767

4.5.1. Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD

Corresponde à reversão das perdas esperadas de créditos das administrações postais, ocorrida em virtude da revisão dos percentuais de perda esperada para o exercício e à redução do saldo das contas a receber internacionais no período.

4.5.2. Multas aplicadas a fornecedores

O aumento dessa receita deve-se ao recebimento de multas provenientes principalmente de empresas de transporte aéreo, terrestre e de telefonia.

4.5.3. Ganho a valor justo - propriedades para investimento

Refere-se aos ganhos estimados com base no valor justo nos laudos de avaliação de imóveis classificados como propriedades para investimento.

4.5.4. Taxa inicial de Franquia – AGF

O acréscimo ocorrido deve-se a renovação de contratos de franquia postal junto as terceirizadas, cujos contratos atingiram a vigência de 10 anos e que a empresa contratada não apresenta nenhum impedimento para tal renovação.

4.5.5. Reversão - provisão de benefício pós-emprego

A variação nesta rubrica, deve-se, principalmente, a realização parcial da provisão de benefício pós-emprego saúde, referente a manutenção do benefício aos aposentados até julho de 2021, passando estes, a partir de agosto de 2021, a assumirem o pagamento integral dos custos com saúde, em conformidade ao disposto no regulamento do plano de saúde em referência ao que disciplina a Lei 9656/1998.

Em 2022, sem os efeitos do pós-emprego saúde, a rubrica foi afetada somente pela reclassificação efetuada para outros resultados abrangentes - ORA de 6/12 avos da receita projetada no cálculo atuarial do Postalprev. Esta reclassificação deve-se ao *superavit* apurado para o plano não atingir o teto disposto na legislação para o reconhecimento de um ativo atuarial, com redução ou paralisação dos pagamentos mensais efetuados ao Postalís, em conformidade ao plano de custeio vigente. Assim, os pagamentos efetuados no período, são reclassificados para o ORA, por não se tratar de despesa do exercício.

4.6. Outras despesas operacionais

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	3º TRIM./2022	3º TRIM./2021	30/09/2022	30/09/2021
Prejuízos na alienação de bens	(2.051)	(3.471)	(7.805)	(6.019)
Perda – VJ – Propriedades para investimento	(1.337)	(33.901)	(1.337)	(33.901)
TOTAL	(3.388)	(37.372)	(9.142)	(39.920)

4.7. Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS		3º TRIM./2022	3º TRIM./2021	30/09/2022	30/09/2021
Rentabilidade de aplicações financeiras	4.7.1	47.684	31.852	320.920	51.791
Ganho - valor justo - <i>hedge</i>	4.7.2	54.797	6.995	171.669	44.948
Variação cambial	4.7.3	20.130	114.206	112.858	255.750
Receita de juros	4.7.4	28.214	10.859	71.798	21.908
Pagamento a valor presente	4.7.5	7.568	3.461	19.846	9.516
Variação monetária		4.451	1.824	10.999	12.486
Receitas de descontos e Outras		776	362	1.448	1.984
TOTAL		163.620	169.559	709.538	398.383

4.7.1. Rentabilidade de aplicações financeiras

O acréscimo na rentabilidade observada no período deve-se ao aumento no valor das aplicações financeiras no período. Ademais, durante o ano de 2021, houve novos aportes em títulos públicos com maiores taxas de juros que, conseqüentemente, geraram maiores retornos em 2022.

4.7.2. Ganho - valor justo – *hedge*

Corresponde à oscilação a valor justo das transações contratadas para proteger os direitos a receber das contas internacionais das variações cambiais e ao ganho definitivo de tais operações, conforme reportado na Nota 7.2.

4.7.3. Variação cambial

Esta rubrica reflete, principalmente, os efeitos da oscilação na cotação do Direito Especial de Saque (DES) – que é uma cesta de moedas utilizada nas relações entre os membros da União Postal Universal (UPU). Neste sentido, verifica-se que o

decréscimo da receita se deve, principalmente, à redução dos valores a receber no período e à queda na cotação do DES neste semestre.

4.7.4. Receita de juros

O acréscimo dessa receita deve-se, principalmente, à atualização dos créditos dos tributos a compensar, face o aumento da taxa SELIC no período.

4.7.5. Pagamento a valor presente

Refere-se aos descontos obtidos pelo pagamento de obrigações antes do vencimento, com acordo formal do credor.

4.8. Despesas financeiras

DESPESAS FINANCEIRAS		3º TRIM./2022	3º TRIM./2021	30/09/2022	30/09/2021
Varição cambial	4.8.1	(27.475)	(8.363)	(259.411)	(288.065)
Apropriação/atualização - PDI	4.8.2	(55.167)	(46.403)	(191.295)	(92.523)
Juros		(40.258)	(40.551)	(130.994)	(118.002)
Juros a transcorrer – bens de direito de uso – CPC 06 (R2)		(39.984)	(40.401)	(120.504)	(117.527)
Demais		(274)	(150)	(10.490)	(475)
Perda - valor justo - <i>hedge</i>	4.8.3	(39.881)	(41.469)	(108.425)	(41.469)
Encargos – financiamento da dívida interna (juros e IOF)	4.8.4	(19.544)	(9.621)	(64.347)	(21.562)
Multas		(2.167)	(1.122)	(11.543)	(3.410)
Taxa administrativa – cartão de crédito		(2.215)	(1.604)	(6.215)	(5.224)
Despesas bancárias		(1.573)	(1.723)	(4.651)	(4.006)
Perdas nas aplicações financeiras		-	(223)	-	(3.474)
Notificação de infração		(7)	(47)	(279)	(187)
Outros	4.8.5	(234)	(226)	(28.139)	(865)
TOTAL		(188.521)	(151.352)	(805.299)	(578.787)

4.8.1. Variação cambial

A redução nesta rubrica em relação ao período anterior, foi ocasionado pelo recebimento de contas internacionais e à queda na cotação do DES no período.

4.8.2. Apropriação/atualização - PDI

O acréscimo na rubrica deve-se, principalmente, à atualização do IFD/PDI pelo IPCA, conforme previsão contida no regulamento do Plano de Demissão Incentivada.

4.8.3. Perda - valor justo – *hedge*

Refere-se as perdas decorrentes a variação do DES no período, conforme reportado na Nota 7.2.

4.8.4. Encargos – financiamento da dívida interna (juros e IOF)

O aumento deve-se ao empréstimo contratado em 20 de janeiro de 2022 com o Citibank, conforme nota 15.

4.8.5. Outros

O acréscimo nessa rubrica refere-se à perda gerada pela alienação das cotas de FINAM e FINOR ocorridas no 2º trimestre de 2022.

NOTA 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelo caixa, depósitos bancários e por investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, que por possuírem dados observáveis em mercado ativo são mensuradas no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		30/09/2022	31/12/2021
Caixa	5.1	3.579	3.720
Banco	5.1	9.887	7.116
Aplicações – Fundo FAE	5.2	429.720	76.834
TOTAL		443.186	87.670

5.1. Caixa e bancos

Refletem o numerário em espécie e os depósitos bancários para fazer frente às necessidades imediatas da operação.

5.2. Aplicações – Fundo FAE

APLICAÇÕES – FUNDO FAE		30/09/2022	31/12/2021
Cotas Fundo		432.915	77.414
Imposto de Renda		(3.195)	(580)
TOTAL		429.720	76.834

A variação dessa rubrica deve-se a ocorrência de resgates elevados em dezembro/2021, para o cumprimento das obrigações de fim de ano, que foram repostos ao em 2022.

NOTA 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A seguir é apresentado o quadro de composição das aplicações financeiras em fundos exclusivos:

30/09/2022					
Vencimento	NTN-B/LFT	Caixa/Operação compromissada	Provisão de IR	Ajustes fundo	Total
2022 e 2023 (até setembro)	1.172.298	215.192	(6.232)	(57)	1.381.201
Ativo circulante	1.172.298	215.192	(6.232)	(57)	1.381.201
2024	1.297.492	-	-	-	1.297.492
2025	701.850	-	-	-	701.850
2026	845.697	-	-	-	845.697
2027	232.856	-	-	-	232.856
Ativo não circulante	3.077.895	-	-	-	3.077.895
TOTAL	4.250.193	215.192	(6.232)	(57)	4.459.096

31/12/2021					
Vencimento	NTN-B/LFT	Caixa/Operação compromissada	Provisão de IR	Ajustes fundo	Total
2022	657.307	173.528	(4.168)	(81)	826.586
Ativo circulante	657.307	173.528	(4.168)	(81)	826.586
2023	839.815	-	-	-	839.815
2024	940.110	-	-	-	940.110
2025	347.408	-	-	-	347.408
2026	604.486	-	-	-	604.486
Ativo não circulante	2.731.819	-	-	-	2.731.819
TOTAL	3.389.126	173.528	(4.168)	(81)	3.558.405

O acréscimo no saldo das aplicações financeiras deve-se, principalmente, aos recebimentos de contas nacionais e internacionais, ao empréstimo de R\$ 500.000 contratado com o Citibank e à rentabilidade apurada no período.

NOTA 7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		30/09/2022	31/12/2021
Aplicações - VJORA	7.1	5.052	8.941

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		30/09/2022	31/12/2021
Ações		5.052	7.541
FINAM/FINOR		-	1.400
Derivativos - <i>hedge</i>	7.2	6.671	11.163
TOTAL		11.723	20.104

7.1. Aplicações VJORA

Trata-se de ações de companhias telefônicas e de aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). A redução no saldo das aplicações no período deve-se à alienação das cotas de FINAM e FINOR e das ações das empresas telefônicas ocorridas no período.

7.2. Hedge

Trata-se de derivativos contratados pelos Correios com vista a proteger o resultado do exercício das variações cambiais provenientes das contas a receber internacionais. Essas contas são precificadas com base no Direito Especial de Saque - DES, (constituída de uma cesta de moedas composta pelo Dólar dos EUA, Euro, Yuan, Iene e Libra Esterlina) instrumento monetário criado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI e utilizado pela União Postal Universal - UPU como indexador para as negociações entre as Administrações Postais.

A operação foi constituída na modalidade *Zero Cost Collar*, que consiste na compra de uma opção de venda (*Put*) e venda de opção de compra (*Call* – para financiamento da compra da *Put*) cuja combinação gera uma proteção sem custo inicial de montagem.

Destaca-se que somente haverá entrada ou saída de caixa no vencimento da operação, se o DES estiver abaixo do *strike* da *put*, e acima do *strike* da *call* ou na ocorrência de desmonte parcial da operação antes do vencimento para manter a proporção entre o instrumento de proteção e o objeto protegido.

CONTRAPARTE	VIGÊNCIA	OPÇÃO	LIMITES INF. E SUP. DA COTAÇÃO DES/R\$	VALOR NOCIONAL DES	VALOR NOCIONAL R\$
Banco Citibank S.A.	02/08/2022	Compra de opção de venda (<i>put</i>)	6,35380	108.700	690.658
	31/01/2023	Venda de opção de compra (<i>call</i>)	8,64172		939.355

DESCRIÇÃO	31/12/2021		30/09/2022	
	VALOR JUSTO		VALOR JUSTO	
Derivativos – <i>hedge</i> (ativo)	11.163	(4.492)	6.671	
Instrumentos financeiros – derivativos (passivo)	(8.610)	5.226	(3.384)	
TOTAL	2.553	734	3.287	

Até o terceiro trimestre de 2022 a cotação do DES apresentou queda de 11,4% em relação à posição da moeda em 31 de dezembro de 2021.

Isoladamente o desempenho da moeda provocou redução de R\$ 146.553 nas contas internacionais, que foi compensada parcialmente pelo ganho líquido de R\$ 63.244 nas operações de *hedge* até setembro de 2022, reduzindo o impacto negativo da variação cambial das contas internacionais para R\$ 83.309.

EFETIVIDADE DO HEDGE	1º TRIM./2022	2º TRIM./2022	3º TRIM./2022	30/09/2022
A - Receita de variação cambial	10.703	82.025	20.130	112.858
B - Despesa de variação cambial	(201.047)	(30.890)	(27.474)	(259.411)
C - Resultado da variação cambial (A+B)	(190.344)	51.135	(7.344)	(146.553)
Ganho - <i>hedge</i>	74.393	42.480	54.796	171.669
Perda - <i>hedge</i>	-	(68.544)	(39.881)	(108.425)
D - Total dos ganhos/perdas <i>hedge</i>	74.393	(26.064)	14.915	63.244
E - Total da variação cambial + ganhos e perdas <i>hedge</i> (C+D)	(115.951)	25.071	7.571	(83.309)
F - <i>Hedge</i>/variação cambial	39,1%	51,0%	203,1%	43,2%

NOTA 8 CONTAS NACIONAIS

Trata-se dos direitos a receber provenientes da prestação de serviços contratados e realizados dentro do território nacional.

8.1. Contas a receber nacionais

CONTAS A RECEBER NACIONAIS		30/09/2022	31/12/2021
Serviços faturados	8.1.1	1.236.907	1.684.032
Serviços a faturar		220.716	305.955
Agências terceirizadas		64.527	55.675
Cartões de crédito		23.871	21.171
Outros valores a receber de clientes		35	35
TOTAL		1.546.056	2.066.868

8.1.1. Serviços faturados

MOVIMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS FATURADOS	31/12/2021	EMIÇÃO DE FATURAS	RECEBIMENTOS (LIQUIDAÇÕES)	RECLASSIFICAÇÕES/BAIXAS	30/09/2022
Total a receber (antes da dedução da PECLD)	1.705.311	11.691.644	(12.102.430)	(22.192)	1.272.333

SERVIÇOS FATURADOS – POR FAIXA DE VENCIMENTO	30/09/2022	31/12/2021
A – A vencer	1.170.455	1.643.104
B – Vencidos de 1 a 30 dias	24.087	33.790
C – Vencidos de 31 a 60 dias	3.751	7.858
D – Vencidos de 61 a 90 dias	47.018	5.334
E – Vencidos de 91 a 180 dias	10.730	5.266
F – Vencidos há mais de 180 dias	16.292	9.959
Total a receber	1.272.333	1.705.311
(-) PECLD total	(35.426)	(21.279)
TOTAL	1.236.907	1.684.032

FAIXA DE VENCIMENTO	30/09/2022		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A – A vencer	1.170.455	0,20%	(2.341)
B – Vencidos de 1 a 30 dias	24.087	4,70%	(1.132)
C – Vencidos de 31 a 60 dias	3.751	6,10%	(229)
D – Vencidos de 61 a 90 dias	47.018	10,00%	(4.702)
E – Vencidos de 91 a 180 dias	10.730	100,00%	(10.730)
F – Vencidos há mais de 180 dias	16.292	100,00%	(16.292)
TOTAL	1.272.333		(35.426)

A concentração de valor em serviços faturados vencidos de 61 a 90 dias no terceiro trimestre de 2022, justifica-se pelas altas inadimplências da referida faixa.

FAIXA DE VENCIMENTO	31/12/2021		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A – A vencer	1.643.104	0,21%	(3.450)
B – Vencidos de 1 a 30 dias	33.790	4,72%	(1.595)
C – Vencidos de 31 a 60 dias	7.858	6,07%	(477)
D – Vencidos de 61 a 90 dias	5.334	9,98%	(532)
E – Vencidos de 91 a 180 dias	5.266	100,00%	(5.266)
F – Vencidos há mais de 180 dias	9.959	100,00%	(9.959)
TOTAL	1.705.311		(21.279)

CONCILIAÇÃO DA PECLD DOS SERVIÇOS FATURADOS	30/09/2022	31/12/2021
A – Perda total no início do período	(21.279)	(19.906)

CONCILIAÇÃO DA PECLD DOS SERVIÇOS FATURADOS		30/09/2022	31/12/2021
B – Perda dedutível em 1º de janeiro		(13)	(177)
C – Perda não dedutível em 1º de janeiro	A-B	(21.266)	(19.729)
D – Adições		(13.966)	(1.537)
E – Baixas		-	-
F – Perda não dedutível no final do período	C+D+E	(35.232)	(21.266)
G – Perda dedutível no final do período		(194)	(13)
TOTAL	F+G	(35.426)	(21.279)

8.2. Cobrança jurídica/inadimplência

Representam os direitos líquidos das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), cuja cobrança está sendo reclamada no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA		30/09/2022	31/12/2021
Faturas em cobrança jurídica	8.2.1	4.884	4.224
Acordos jurídicos - REFIS		1.039	1.280
Inadimplentes – AGF/ACC/ACF		473	1.323
Débitos de empregados em cobrança jurídica		88	88
TOTAL		6.484	6.915

8.2.1. Faturas em cobrança jurídica

Refere-se a débitos de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA		30/09/2022	31/12/2021
Faturas em cobrança jurídica		219.508	200.191
(-) PECLD		(214.624)	(195.967)
TOTAL		4.884	4.224

O percentual das perdas não dedutíveis das faturas em cobrança jurídica é estabelecido com base na execução dos acordos judiciais e extrajudiciais, sob responsabilidade da área jurídica, no qual apura-se o saldo em aberto dos acordos em efetiva execução, bem como o valor dos acordos firmados e pagos nos últimos 12 meses, confrontando-os com os reconhecidos no ativo. Para aqueles provenientes de recuperação judicial ou que permanecem registrados por força da Lei 9.430/96 é atribuído 100% de perda.

COMPOSIÇÃO DA - PECLD DE FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA	PERCENTUAL	30/09/2022		31/12/2021	
		PERCENTUAL	30/09/2022	PERCENTUAL	31/12/2021
Perdas não dedutíveis	97,9%	(191.179)	97,9%	(167.959)	
Perdas não dedutíveis - recuperação judicial	100,0%	(18.014)	100,0%	(17.725)	
Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	100,0%	(5.431)	100,0%	(10.283)	
TOTAL		(214.624)		(195.967)	

A seguir é demonstrada a conciliação das PECLD de faturas em cobrança jurídica:

CONCILIAÇÃO DA PECLD DAS FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA		30/09/2022	31/12/2021
A – Perda total no início do período		(195.967)	(171.608)
B – Perda dedutível em 1º de janeiro		10.283	16.203
C – Perda não dedutível em 1º de janeiro	A-B	(185.684)	(155.405)
D – Adições		(23.509)	(30.279)
E – Baixas		-	-
F – Perda não dedutível no final do período	C+D+E	(209.193)	(185.684)
G – Perda dedutível no final do período		(5.431)	(10.283)
TOTAL	F+G	(214.624)	(195.967)

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituída, de acordo com o disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real e à apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

NOTA 9 CONTAS INTERNACIONAIS

Trata-se das operações realizadas entre os Correios e as demais Administrações Postais situados em outros Países, que diante da prestação de serviço realizada no país de destino do objeto postal, gera o reconhecimento de direito a receber ou obrigações a pagar nos Correios.

9.1. Contas a receber internacional

CONTAS A RECEBER INTERNACIONAIS	30/09/2022	31/12/2021
Clientes internacionais - circulante	583.703	620.972
Administrações postais, UPU <i>Clearing</i> e Serviço Interno a Regularizar	590.306	650.085
(-) PECLD	(6.603)	(29.113)
Clientes internacionais— não circulante	231.035	478.424
Administrações postais	250.067	557.089
(-) PECLD	(19.032)	(78.665)
TOTAL	814.738	1.099.396

9.2. Administrações Postais

A redução do valor a receber das Administrações Postais deve-se aos recebimentos ocorridos no período e à queda na cotação do DES até o 3º trimestre de 2022.

9.3. Contas a pagar internacional

CONTAS A PAGAR INTERNACIONAIS	30/09/2022	31/12/2021
Circulante	20.330	6.511
Não circulante	40.708	49.194
TOTAL	61.038	55.705

NOTA 10 ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas. As perdas esperadas com estoque devem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados que aguardam os procedimentos de exclusão.

ESTOQUES	30/09/2022	31/12/2021
Material para consumo	46.889	34.668
Material para revenda/almoxxarifados	19.697	22.290
Peças reposição - MECTRI	4.418	674
Material em consignação	562	562
Perdas com estoque	(2.706)	(4.728)
TOTAL	68.860	53.466

NOTA 11 FORNECEDORES

Trata-se de obrigações provenientes da contratação de pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços ou o fornecimento de materiais e produtos, de modo a proporcionar a adequada realização da atividade operacional da empresa.

FORNECEDORES	30/09/2022	31/12/2021
Material, produtos e serviços	986.068	1.130.886
Consignações e outros	159	158
TOTAL	986.227	1.131.044

NOTA 12 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

12.1. Benefícios de curto prazo

Referem-se às obrigações a pagar no período de até doze meses, tais como: salários, férias, plano de saúde, PLR e respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre esses benefícios, que são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme a prestação do serviço correspondente.

12.1.1. Salários e consignações

Correspondem às obrigações trabalhistas advindas da prestação de serviço realizada pelos empregados e demais encargos sociais retidos.

SALÁRIOS E CONSIGNAÇÕES	30/09/2022	31/12/2021
Férias	929.012	942.301
13º salário	495.862	-
INSS - empregado	51.429	60.614
Postalís (PostalPrev) - empregado	20.440	42.249
Obrigações trabalhistas	13.676	11.134
Postalís (PBD) - empregado	5.212	10.146
Retenção SEST/SENAT	7	6
TOTAL	1.515.638	1.066.450

Em dezembro/2021 os valores correspondentes ao INSS e Postalís (Planos BD e PostalPrev) foram acrescidos em virtude das contribuições incidentes sobre 13º salário.

12.1.2. Encargos sociais

Correspondem às contribuições patronais geradas indiretamente na prestação de serviço realizada pelos empregados e autônomos contratados, bem como pelos benefícios de previdência complementar ofertados pela empresa aos empregados.

ENCARGOS SOCIAIS		30/09/2022	31/12/2021
INSS - empregador	12.1.2.1	139.378	185.159
FGTS	12.1.2.1	43.808	75.452
Postalís (BD) - empregador	12.1.2.3	27.065	49.704
Postalís (PostalPrev) - empregador	12.1.2.2	19.640	41.311
Salário educação		13.582	17.707
INSS autônomos/avulsos		1.814	884
Senai adicional		1.082	1.412
TOTAL		246.369	371.629

12.1.2.1. FGTS e INSS

A redução no valor dessas rubricas em relação a 2021 deve-se aos encargos incidentes sobre o 13º salário.

12.1.2.2. PostalPrev - empregador

Em 2021 o saldo da rubrica foi impactado pela contribuição incidente sobre o 13º salário.

12.1.2.3. Postalís BD - empregador

A redução nesta rubrica deve-se ao provisionamento da contribuição incidente sobre o 13º salário realizada em dezembro de 2021, cujo repasse ao Instituto ocorreu no mês subsequente.

12.1.3. Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA

Em Setembro/2022, a empresa aprovou o pagamento da Participação nos Lucros ou Resultados do Correios (PLR) de 2021 aos empregados no valor de R\$ 59.193.

Ainda em 2022, foram acrescidos ao passivo os valores provisionados de R\$ 24.012 que corresponde à Participação nos Lucros e Resultados dos empregados e R\$ 980 referente à Remuneração Variável Anual de Dirigentes.

12.1.4. Adiantamentos de pessoal

Trata-se das antecipações de recursos concedidas aos empregados, com ressarcimento futuro por meio de desconto na folha de pagamento ou por repasses efetuados pelos órgãos da administração direta em relação aos salários dos empregados cedidos a estes, bem como pela apropriação na competência de despesa realizada pelo empregado em nome da empresa na comprovação dos adiantamentos de numerários concedidos.

ADIANTAMENTO DE PESSOAL	30/09/2022	31/12/2021
Adiantamento de 13º salário	107.350	-
Adiantamento de férias	29.983	48.817
Adiantamento salarial	5.262	5.068
Empregados cedidos	1.723	2.879
Demais adiantamentos	342	361
TOTAL	144.660	57.125

12.1.5. Convênio Postal Saúde

Referem-se aos direitos a receber ou obrigações a pagar geradas nas operações realizadas entre os Correios e a Postal Saúde para a administração dos planos de saúde ofertados aos empregados e a gestão do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, bem como aos lastros efetuados pelos Correios em relação à Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar – PEL.

12.1.5.1. Convênio Postal Saúde - ativo

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE - ATIVO	30/09/2022	31/12/2021
Empregados liberados	76	166
Concessão de uso de espaço	484	371
TOTAL	560	537

12.1.5.2. Convênio Postal Saúde - passivo

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE - PASSIVO	30/09/2022	31/12/2021
Convênio CorreiosSaúde	195.242	109.091
Saúde ocupacional	20.022	18.366
Benefício de medicamentos	2.106	5.593
TOTAL	217.370	133.050

12.1.5.3. Lastro – Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar - Postal Saúde

Desde 2017, como forma de lastrear as operações de saúde, os Correios passaram a vincular parte de suas aplicações financeiras para garantia de cumprimento das obrigações com os prestadores de serviço da Postal Saúde, conforme Termo de Garantia Financeira assinado entre a operadora (Postal Saúde) e a mantenedora (Correios).

Entretanto, considerando o repasse de R\$ 221.000 à operadora em março de 2022, conforme nota 24.2, não houve a necessidade de constituição de lastro na Empresa, uma vez que há suficiência de ativos garantidores na Postal Saúde.

12.2. Obrigações trabalhistas – IFD

Corresponde ao montante devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido (IFD), oferecido aos empregados que aderiram aos Planos de Desligamento Incentivado (PDI).

Os referidos planos visaram contribuir com as ações de redução de despesas na área de pessoal e de equilíbrio da força de trabalho, em alinhamento à Estratégia da empresa, com o consequente desligamento voluntário de empregados elegíveis aos programas.

PLANO	CICLOS	OPÇÃO A	OPÇÃO B	TOTAL DE ADESÕES
PDI 2017	1º - Realizado entre fevereiro e dezembro de 2017.	96 parcelas do Incentivo Financeiro Diferido (IFD), limitado a R\$ 10 mil por parcela	N/A	6.158
	2º - Realizado entre dezembro de 2017 com término em 2019.	93 parcelas do IFD, limitado a R\$ 9,8 mil por parcela	N/A	1.849

PLANO	CICLOS	OPÇÃO A	OPÇÃO B	TOTAL DE ADESÕES
TOTAL – PDI 2017				8.007
PDI 2021	1º - Realizado em: fevereiro de 2021	Incentivo Financeiro de Adesão (IFA) (no valor de 10.000,00 - pago em parcela única) + 75 parcelas do IFD	IFD mensal + 5% do IFD mensal. Pagamento em 75 parcelas mensais	4.513
	2º - Realizado em: abril de 2021	IFA (no valor de 7.000,00 - pago em parcela única) + 70 parcelas do IFD	IFD mensal + 3% do IFD mensal. Pagamento em 70 parcelas mensais	1.788
TOTAL – PDI 2021				6.301

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos 12 meses.

12.2.1. Valor presente

O cálculo do valor presente do IFD foi realizado com base nos fluxos mensais de pagamento por meio da taxa de desconto selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional, em conformidade às disposições do CPC 12.

O critério adotado para seleção do título é o prazo inferior mais próximo aos fluxos de desembolsos do IFD. A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

PLANO	31/12/2021	ADIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	APROPRIAÇÃO AVP	AMORTIZAÇÃO	30/09/2022
PDI 2017	605.377	17	82.867	37.600	(185.253)	540.608
PDI 2021	574.383	421	67.450	3.378	(96.982)	548.650
TOTAL	1.179.760	438	150.317	40.978	(282.235)	1.089.258

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	30/09/2022	31/12/2021
Circulante	326.968	296.606
Não circulante	762.290	883.154
TOTAL	1.089.258	1.179.760

12.3. Benefício pós-emprego

Representa o valor das obrigações atuariais provenientes dos planos de previdência complementar ofertados aos empregados.

Ressalta-se que, a obrigação é calculada, anualmente, por atuário independente, em conformidade às disposições do CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022.

Os cálculos atuariais são impactados por premissas que incluem: estimativas demográficas, econômicas e financeiras, e, pelos ativos, mensurados pelo seu valor justo, substancialmente compostos por investimentos que compõem as carteiras dos planos de benefícios.

12.3.1. Obrigação atuarial reconhecida no balanço

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA - PBD	30/09/2022	31/12/2021
Passivo circulante	261.096	314.975
Encargos sociais	27.065	49.704
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	234.031	265.271
Passivo não circulante	7.156.590	6.901.105
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	7.156.590	6.901.105
TOTAL	7.417.686	7.216.080

12.3.1.1. Movimentação do passivo reconhecido no balanço

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO RECONHECIDO NO BALANÇO - PBD	30/09/2022	31/12/2021
Passivo no início do exercício	(7.216.080)	(6.015.964)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	252.832	305.741
Valores reconhecidos no resultado da Empresa	(454.438)	(521.228)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	(984.629)
PASSIVO RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL	(7.417.686)	(7.216.080)

12.3.2. Planos de benefícios

12.3.2.1. Plano PostalPrev CV

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo determinado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

O *superavit* apurado no Postalprev (Plano CV) não está sendo reconhecido, pois ainda não há evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro. Todavia, o excesso de despesa reconhecida no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, conforme percentuais estabelecidos no plano de custeio, são reclassificadas para o ORA no patrimônio líquido.

12.3.2.2. Plano de Benefício Definido - PBD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalís e foi instituído na ocasião da criação do instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio-doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como "em extinção". O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.

12.4. Obrigação atuarial do Plano BD nos Correios e no Postalís

A obrigação atuarial reconhecida nos Correios está em conformidade com as disposições do CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, que estabelece as premissas a serem utilizadas pela patrocinadora no reconhecimento das obrigações de benefício pós-emprego. Por outro lado, o Postalís ao efetuar o cálculo da sua obrigação atuarial, segue obrigatoriamente as premissas estabelecidas nos normativos emitidos pela PREVIC.

A tabela a seguir apresenta as premissas atuariais do PBD, empregadas no cálculo das provisões matemáticas na avaliação atuarial de 31/12/2021, pela consultoria contratada pelos Correios e pelo Postalís:

PREMISSA	CORREIOS	POSTALIS
Taxa de juros atuarial	5,59% ao ano	4,80% ao ano
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	BR-EmSsb-v.2015 M&F (agravada em 4%)	AT-2000 M&F
Tábua de Entrada em invalidez	Light Forte (desagravada em 83%)	Light Média (desagravada em 65%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss (desagravada em 41%)	AT-49 M (agravada em 25%)
Taxa esperada de inflação de longo prazo	3,02% ao ano	3,68% ao ano

PREMISSA	CORREIOS	POSTALIS
Fator de Capacidade (Inflação de Longo Prazo)	0,9865	0,98
Idade de Aposentadoria	Maior idade entre: (i) data da primeira elegibilidade à aposentadoria do plano; e (ii) elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (M) ou 62 anos (F), observadas as regras de transição da EC 103/2019	Entre 24 e 25 meses acima da idade para a 1ª. Elegibilidade ao benefício pleno
Rotatividade Anual (percentual)	2,52% ao ano até a idade de aposentadoria e nula após essa idade	2,52% ao ano até a idade de aposentadoria e nula após essa idade
Composição Familiar dos Participantes Ativos	Calculada com base nos dados de dependentes informada	Benefícios a Conceder: Família-Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial
Composição Familiar dos Participantes Assistidos	Família real informada na base cadastral	Família real informada na base cadastral
Indexador do plano de benefícios	INPC	INPC

O quadro abaixo apresenta de forma geral o efeito dessas diferenças em relação às obrigações líquidas, bem como a parcela da obrigação de responsabilidade dos Correios em conformidade a cada legislação.

PASSIVO ATUARIAL – CORREIOS (CPC 33) X POSTALIS – PBD – 30/09/2022	CORREIOS	POSTALIS	DIFERENÇA
Provisões matemáticas totais – ativos do plano	(14.835.372)	(14.880.612)	45.240
OBRIGAÇÃO ATUARIAL DOS CORREIOS (50%)	(7.417.686)	(7.440.306)	22.620

Desta forma, em um cenário equacionamento do plano, a obrigação a ser desembolsada pelos Correios é a registrada no Instituto, sendo possível afirmar que a obrigação reconhecida no balanço dos Correios está em conformidade às disposições do CPC 33 (R1) Aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022.

NOTA 13 TRIBUTOS

13.1. Tributos a compensar

TRIBUTOS A COMPENSAR		31/12/2021	ATUALIZAÇÃO	30/09/2022
Imunidade tributária – Imposto de Renda	13.1.1	1.008.961	47.823	1.056.784
Deferidos		306.585	14.241	320.826
Aguardando julgamento		702.376	33.582	735.958
Retenção na fonte – Banco Postal	13.1.2	257.240	11.969	269.209
Pedidos de restituição	13.1.3	51.597	2.451	54.048
TOTAL		1.317.798	62.243	1.380.041

13.1.1. Imunidade tributária – Imposto de Renda

O montante de R\$ 1.056.784 é composto por créditos tributários de pagamentos indevidos de IRPJ, atualizado pela taxa Selic até setembro de 2022. O reconhecimento desses créditos está amparado na imunidade tributária recíproca concedida pelo Pleno do STF, em sede de repercussão geral, com fulcro no art. 150, VI, "a" da Constituição Federal.

Os créditos do IRPJ foram requeridos por meio de 13 pedidos de restituição protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. No exercício de 2019, a Receita oportunizou a compensação de ofício para 3 processos julgados, que totalizam o valor atualizado monetariamente de R\$ 320.826. Os demais processos de restituição aguardam o julgamento administrativo.

13.1.2. Retenção na fonte – Banco Postal

O saldo atualizado de R\$ 269.209 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF.

13.1.3. Pedidos de restituição

Os pedidos de restituição de tributos, que totalizam R\$ 54.048, referem-se a processos requeridos e protocolizados junto à RFB, referentes a IR - Imposto de Renda, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e INSS. Estes processos encontram-se pendentes de análise na esfera administrativa, distribuídos entre as Delegacias de Julgamentos (DRJ) e o CARF.

13.2. Tributos sobre o lucro

Até setembro de 2022 a Empresa apresentou cenário de lucro fiscal, gerando uma despesa corrente no total de R\$ 45.884. Já o tributo diferido está representado pela reversão de despesa de R\$ 8.565, que diz respeito em sua maior parte à reversão de ativos fiscais diferidos em função de utilização de base negativa de CSLL do trimestre, à constituição de ativos e passivos fiscais diferidos detalhados nas **notas 13.4.1 e 13.4.2**.

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	3º TRIM./2022	3º TRIM./2021	30/09/2022	30/09/2021
Resultado antes dos juros sobre capital próprio	(123.176)	1.214.895	299.910	2.098.449
(+/-) Ajustes – Lei nº 12.973/2014	(13.943)	(6.534)	(27.111)	(20.056)
Resultado antes da CSLL	(137.119)	1.208.361	272.799	2.078.393
Efeitos da CSLL – alíquota vigente (9%)	12.341	(108.752)	(24.552)	(187.055)
Efeitos sobre as diferenças permanentes	2.780	(361)	1.840	(622)
Efeitos sobre as diferenças temporárias	(23.066)	(26.407)	(42.836)	(29.285)
Adições	(178.528)	(217.174)	(538.200)	(583.330)
Exclusões	155.462	190.767	495.364	554.045
Efeito total sobre o lucro/prejuízo fiscal	(7.945)	(135.520)	(65.548)	(216.962)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL	2.382	40.656	19.664	64.985
CSLL corrente	(5.563)	(94.967)	(45.884)	(151.977)
CSLL diferida	7.130	(23.103)	8.565	(41.184)
Reversão de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014	(1.456)	(1.307)	(6.486)	(2.629)
Constituição/reversão de ativo fiscal diferido sobre ajustes do RTT	-	(75)	-	(75)
Constituição/reversão de ativo de CSLL sobre base negativa	(2.383)	(40.715)	(19.724)	(65.148)
Constituição do ativo de CSLL sobre movimentação temporária	10.969	18.994	34.775	26.668
TOTAL	1.567	(118.070)	(37.319)	(193.161)

13.3. Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício.

13.4. Tributos diferidos

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca decidida pelo Supremo Tribunal Federal, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, podendo o impacto ser no resultado ou no Patrimônio Líquido, em outros resultados abrangentes, conforme regras do CPC 32 – Tributos sobre o lucro, aprovado pela Resolução CVM nº 109/2022.

13.4.1. Tributos diferidos ativos

Em conformidade ao disposto no CPC 32, aprovado pela Resolução CVM nº 109/2022, a empresa apresenta ativos fiscais diferidos reconhecidos no resultado calculados a partir das diferenças temporárias, base negativa de CSLL, e de ajustes da Lei nº 12.973/2014 (*impairment* e depreciação) no montante de R\$ 382.869. No patrimônio líquido, foram reconhecidos o ativo fiscal diferido sobre os outros resultados abrangentes e patrimônio líquido (ARE), no montante de R\$ 564.638 e R\$ 203 respectivamente.

TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS	31/12/2021	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	30/09/2022
A – Movimentações temporárias – Lei nº 12.973/2014	367.818	34.775	(19.724)	382.869
<i>Impairment</i> - prédios	3.790	-	-	3.790
Depreciação – custo atribuído	129	-	-	129
Provisões e perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	260.559	34.775	-	295.334
Bases negativas de CSLL	103.340	-	(19.724)	83.616
B – Outros Resultados Abrangentes - ORA	567.038	-	(2.400)	564.638
Benefício pós-emprego PBD	564.558	-	-	564.558
Perdas – aplicações VJORA	2.480	-	(2.400)	80
C – Movimentação em apuração do resultado do exercício	203	-	-	203

TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS	31/12/2021	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	30/09/2022
Perdas a valor justo – propriedades para investimento	203	-	-	203
TOTAL	935.059	34.775	(22.124)	947.710

Os Correios, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estimam que os créditos tributários ativos de CSLL calculados a partir das movimentações temporárias e do saldo negativo de CSLL, serão realizados em até 10 anos, uma vez que a expectativa de geração de tributos sobre lucros para os próximos 10 exercícios, supera o valor atualmente registrado de R\$ 382.869.

13.4.2. Tributos diferidos passivos

O passivo fiscal diferido é composto, substancialmente, da CSLL diferida sobre o custo atribuído constituído sobre os imóveis próprios, sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização do ativo imobilizado, e sobre os ganhos a valor justo das propriedades para investimento. A liquidação da CSLL diferida acontecerá à medida em que ocorrer a depreciação, alienação ou baixa destes bens.

Representa também a CSLL diferida sobre os ganhos apurados nos instrumentos financeiros classificados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS	31/12/2021	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO/ REALIZAÇÃO	30/09/2022
A – Outros Resultados Abrangentes - ORA	376.824	1.318	(2.742)	375.400
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído	335.379	-	(2.482)	332.897
Ajuste de ganhos em investimentos - VJORA	10.550	78	(208)	10.420
Ganho – valor justo – propriedades para investimento	30.895	1.240	(52)	32.083
B – Diferenças temporárias	47.161	6.486	-	53.647
Depreciação de bens operacionais	47.161	6.486	-	53.647
TOTAL	423.985	7.804	(2.742)	429.047

13.5. Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem aos valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR		30/09/2022	31/12/2021
Tributos e encargos a restituir	13.5.1	46.075	132.221
Tributos retidos na fonte	13.5.2	106.567	13.113
Demais tributos e encargos		4.300	7.255
TOTAL		156.942	152.589

13.5.1. Tributos e encargos a restituir

As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados até setembro de 2022. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB).

13.5.2. Tributos retidos na fonte

Corresponde aos tributos retidos na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras e sobre faturamento de serviços postais contra órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal.

Embora a empresa seja imune ao IR, os clientes órgãos públicos permanecem efetuando retenções desse imposto vez que estão sujeitos a cumprir legislação específica.

13.6. Impostos e contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	30/09/2022	31/12/2021
Retenções na fonte – Lei nº 9.430/96	61.043	54.924
COFINS	36.361	48.678
IR retido de empregados	51.854	119.020
ICMS	12.415	14.607
CSLL	-	-
INSS empresas – retenção na fonte	6.564	14.109
PIS	7.878	10.547
ISSQN – retido de terceiros	7.497	7.206
IR retido de terceiros	2.958	2.373
INSS retenção – contribuinte individual	322	241
TOTAL	186.892	271.705

13.6.1. IR retido de empregados

A variação a menor nesta rubrica deve-se à elevada retenção apurada em dezembro/2021 em virtude da implementação do reajuste salarial de 9,75% definido no Dissídio Coletivo de Greve com efeitos retroativos a agosto/2021 e ao 13º salário.

NOTA 14 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

14.1. Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, para os quais constituíram-se provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos judiciais podem ser classificados como:

- trabalhista: processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou de sindicatos, quando são da competência da Justiça do Trabalho, tais como: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral; assédio sexual; indenização por danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.
- cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios, ou de Empresas com as quais os Correios mantêm contratos, quando são da competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franqueadas e os contratos de franquia; ação civil pública; ação de cobrança; dentre outros.
- fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), geralmente relativos a impostos ou taxas. Como exemplos, ações de execução fiscal tributária; embargos à execução fiscal, dentre outros.

Em 30 de setembro 2022, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

ÂMBITO/NATUREZA	31/12/2021	REVERSÃO	ADIÇÕES	ATUALIZAÇÃO	ALTERAÇÃO NO VALOR DA PROVISÃO ¹	30/09/2022
Judicial – cível	51.224	(15.281)	22.780	6.809	93	65.625
Judicial - fiscal	82.440	(22.334)	38.547	10.042	3	108.698
Judicial - trabalhista	730.452	(164.703)	253.270	44.185	32.704	895.908
Judicial - total	864.116	(202.318)	314.597	61.036	32.800	1.070.231
Administrativo – cível	7.595	(8.038)	-	670	-	227
Administrativo - fiscal	251	-	28	37	-	316
Administrativo - total	7.846	(8.038)	28	707	-	543
TOTAL	871.962	(210.356)	314.625	61.743	32.800	1.070.774

¹ refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas de acordo com os critérios adotados pela área jurídica da Empresa.

O acréscimo nas provisões decorre de novas ações judiciais e das revisões de classificação de risco, face ao estágio processual.

Em 30 de setembro, os Correios eram réus em 13.992 processos classificados como risco de perda provável. Os principais processos em que a Empresa está envolvida estão apresentados a seguir:

AUTOR	NATUREZA	PROCESSO/ ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
SINTECT/GO	Trabalhista	Processo nº 00006818020105180005, em trâmite na 5ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO. Ação coletiva. PCCS 1995. SINTECT/GO. Fase: Execução.	46.445
INSS	Fiscal	Execução Fiscal 0019432-74.2004.4.01.3500, em trâmite perante a 10ª Vara Federal de Goiânia. Contribuições previdenciárias. Fase: Aguarda decisão.	34.309
Município de Salvador - BA	Fiscal	Processo nº 93.0000222-8 (0000224-11.1993.4.01.3300), em trâmite na 20ª Vara Federal de Salvador/BA. Execução Fiscal. Imposto sobre serviços (ISS). Fase: Execução.	24.628
SINTECT/CE	Trabalhista	Processo nº 0170400-04.1989.5.07.0005, em trâmite na 5ª VF/Fortaleza. Fase: Execução.	20.441
Município de Goiânia	Fiscal	Processo nº 2677278.2018.4.01.3500, em trâmite na 12ª Vara Federal de Goiânia/GO. Execução Fiscal. ISS - substituto tributário. Fase: Execução Fiscal.	18.932
SINTECT/AM	Trabalhista	Processo nº 1537000619895110004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho de MANAUS/AM. URP - fevereiro/89. Fase: Execução.	15.012
Banco do Brasil	Cível Administrativa	Processo nº: 418022, em trâmite na Ordem dos Advogados do Brasil/SP - Arbitragem - Restituição de valores. Fase: Contestação apresentada pelos Correios.	13.344
SINTECT/AM	Trabalhista	Processo nº 00013-66.2013.5.11.0016, em trâmite na 16ª Vara do Trabalho de Manaus. Equiparação a bancários. Fase: Execução.	8.707
SINCOTELBA- BA	Trabalhista	Processo nº 0125000-76.2007.5.05.0009, em trâmite na 9ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. PCCS/95. Fase: Execução.	8.684
SINTCOM/PR	Trabalhista	Processo nº 00951200200807001, em trâmite na 17ª Vara do Trabalho. Ação coletiva. Diárias de viagem. Fase: Execução.	8.497

14.2. Passivos contingentes

A Empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 30 de setembro de 2022, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 31.011 processos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

30/09/2022 NATUREZA	ÂMBITO JUDICIAL		ÂMBITO ADMINISTRATIVO		TOTAL	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Trabalhista	22.287	1.233.497	20	98	22.307	1.233.595
Cível	7.910	721.620	10	11.331	7.920	732.951
Fiscal	630	548.453	153	20.606	783	569.059
Criminal	1	-	-	-	1	-
TOTAL	30.828	2.503.570	183	32.035	31.011	2.535.605

14.3. Precatórios e RPVs

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

PRECATÓRIOS	30/09/2022	31/12/2021
	Circulante	245.863

PRECATÓRIOS	30/09/2022	31/12/2021
Não circulante	170.304	18.927
TOTAL	416.167	237.332

14.4. Depósitos judiciais

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	30/09/2022	31/12/2021
Depósitos recursais administrativos	76.045	75.559
Depósitos recursais	18.154	17.967
Penhora de numerários	19.406	17.250
Depósitos judiciais	10.427	12.223
(-) Créditos a regularizar	(23.704)	(18.146)
TOTAL	100.328	104.853

O valor de R\$ 76.045 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD). Os valores de R\$ 10.427 e R\$ 18.154 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 19.406 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar que:

- os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial, e recebem atualização monetária;
- os depósitos recursais eram exigidos para interposição de recursos judiciais antes de a Empresa ser equiparada à Fazenda Pública, e são atualizados monetariamente;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD) aplicadas pelo órgão fiscalizador, e recebem atualização monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;
- as penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pelo juízo sem que haja prévia comunicação à Empresa, o que gera o reconhecimento de um direito, tendo em vista que a Empresa foi equiparada à Fazenda Pública.
- os créditos a regularizar correspondem aos recebimentos ocorridos em conta bancária, na qual ainda não foi possível identificar a origem correspondente para proceder à baixa dos depósitos ou da penhora.

NOTA 15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Trata-se de empréstimos captados junto às instituições financeiras para fazer frente às necessidades operacionais da empresa.

A seguir é apresentada as movimentações dos empréstimos no período e suas principais características:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/2021	ADIÇÕES	ENC. FINANC. 1	AMORT. PRINCIPAL	AMORT. JUROS	DESPESA	30/09/2022
Banco do Brasil	30.564			(31.250)	(663)	1.349	-
Banco ABC	123.791		-	(125.000)	(2.458)	3.667	-
Banco CitiBank	-	500.000	(7.801)	(166.667)	(43.592)	48.993	330.933
TOTAL	154.355	500.000	(7.801)	(322.917)	(46.713)	54.009	330.933

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CARACTERÍSTICAS	BANCO CITIBANK
Valor da operação	R\$ 500.000
Data da emissão	21/01/2022
Vencimento final	20/01/2023
Remuneração	1,50% a.a. / 0,12% a.m., acrescida de 100% do CDI
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de agosto de 2022
Encargos financeiros totais ¹	R\$ 7.801
Amortizações	6 parcelas mensais a partir de 22/08/2022
Garantia	Títulos públicos aplicados no Fundo de Investimento do BB - Fundo 13B

¹refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo – registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pelo Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

NOTA 16 RECEITAS A APROPRIAR

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente de clientes que se converterão em receitas no futuro quando da efetiva prestação do serviço pela Empresa.

RECEITAS A APROPRIAR		30/09/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	16.1	146.225	251.154
Aluguel de caixas postais		22.551	22.157
Faturamento por estimativa	16.2	6.615	7.700
Demais adiantamentos		27	94
TOTAL		175.418	281.105

16.1. Adiantamento de clientes

A variação verificada no período corresponde, principalmente, a realização dos créditos de clientes em face da prestação de serviços.

16.2. Faturamento por estimativa

Refere-se à antecipação que os clientes fazem à Empresa por estimativa de consumo de serviço dentro de um período pré-estabelecido.

NOTA 17 ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS

Referem-se a valores que os Correios recebem em nome de terceiros com liquidação mensal na forma pactuada nos contratos. As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir:

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS		30/09/2022	31/12/2021
Recebimento de imposto de importação		59.698	27.645
Recebimento para o Postalís		19.139	10.806
Emissão de vale postal nacional		4.037	6.001
Importação/exportação – vale postal internacional		432	802
Outros recebimentos/arrecadações		854	354
TOTAL		84.160	45.608

NOTA 18 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

18.1. Ativo circulante e não circulante – outros

ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS		30/09/2022	31/12/2021
Despesas antecipadas	18.1.1	8.613	-
Ativo Circulante - Outros Débitos		43.266	30.051
Float bancário – faturamento	18.2	16.474	4.839
Bens sucateados		11.576	13.183
Débitos de empregados		5.121	6.236
Parcelamento de multa de fornecedores		5.554	2.427
Débitos de terceiros		858	743
Demais créditos		3.683	2.623
Ativo não circulante - Outros		9.050	6.342
Débitos de ex-empregados		6.670	1.824
Parcelamento de multa de fornecedores		224	2.060
Acordos jurídicos - REFIS		1.499	1.929
Acordos jurídicos		316	494

ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	30/09/2022	31/12/2021
Outros débitos de empregados	46	35
Faturas em processo de apuração	295	-

18.1.1. Despesas antecipadas

Refere-se a contratação de prestação de serviços de seguro de responsabilidade civil, com abrangência no Brasil e no exterior reconhecido mensalmente como despesa.

18.2. Float bancário – faturamento

Corresponde ao recurso recebido de clientes que ainda não foi disponibilizado pelos bancos nas contas dos Correios.

18.3. Passivo circulante e não circulante - outros

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	30/09/2022	31/12/2021
Passivo circulante - Outros débitos	77.157	71.375
Apuração da venda de ativo fixo	28.146	16.650
Caução de fornecedores	23.124	16.088
Convênio SESI/SENAI	12.612	15.388
EDEI - valores a regularizar e demais credores	7.830	14.061
Retenções judiciais	4.867	4.887
Prestação de contas AGF/ACF	487	2.741
Ressarcimento ao SUS	91	1.560
Passivo não circulante - Outros débitos	24	288
Ressarcimento ao SUS	-	46
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	229
Honorários de sucumbência	24	13

18.3.1. EDEI – valores a regularizar e demais credores

Corresponde, principalmente, às diferenças entre os boletos pagos e o valor da declaração de importação de remessa de responsabilidade de importador, relativo ao serviço de importação de Entrega Direta de Encomendas Internacionais.

NOTA 19 INVESTIMENTOS

19.1. Propriedades para investimento

Trata-se de imóveis cedidos ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	31/12/2021	VARIAÇÕES A VJ	BAIXAS POR VENDA	TRANSFE-RÊNCIAS	30/09/2022
Terrenos	1.112.182	-	(2.979)	7.026	1.116.229
Ganho - terrenos	563.216	39.675	(3.621)	(36.087)	563.183
Perda - terrenos	(103.575)	(65.805)	438	34.364	(134.578)
Perda - valor justo - terrenos	(348.366)	62.483	576	(31.256)	(316.563)
Prédios	87.137	-	(1.024)	(2.762)	83.351
Ganho - prédios	165.162	14.619	(2.278)	(30.122)	147.381
Perda - prédios	(3.451)	(22)	-	21	(3.452)
Perda - valor justo - prédios	(58.596)	(755)	470	16.537	(42.344)
TOTAL	1.413.709	50.195	(8.418)	(42.279)	1.413.207

19.2. Museu

Refere-se a bens destinados ao museu dos Correios, tais como: obras de arte, selos de colecionadores, aparelhos de código morse, teleimpressor, relógio de ponto cartográfico e veículos antigos todos avaliados pelo custo histórico.

NOTA 20 IMOBILIZADO

Classificam-se no ativo imobilizado os bens tangíveis destinados à manutenção das atividades da empresa.

IMOBILIZADO	31/12/2021	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE- RÊNCIAS ¹	DEPRECIACÃO	30/09/2022
Terrenos	3.070.282	-	(36)	(39.851)	-	3.030.395
<i>Impairment</i> – terrenos	(760.792)	-	211	65.804	-	(694.777)
Prédios	1.351.735	12.357	274	16.290	(29.790)	1.350.866
<i>Impairment</i> - prédios	(63.296)	-	37	21	-	(63.238)
Obras em andamento	62.001	19.521	-	2.829	-	84.351
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	13.497	5.235	-	12	(5.903)	12.841
Arrendamento - imóveis	1.534.928	186.779	(65.174)	-	(172.872)	1.483.661
Total - imóveis	5.208.355	223.892	(64.688)	45.105	(208.565)	5.204.099
Móveis e utensílios	132.525	14.440	(1.976)	(438)	(14.913)	129.638
Máquinas e equipamentos	595.286	70.094	(4.231)	(18.638)	(64.979)	577.532
Veículos	588.041	135.475	(19.600)	2.973	(41.617)	665.272
Ferramentas e instrumentos	199	86	(4)	5	(36)	250
Equipamentos de processamento de dados	196.941	122.510	(1.179)	13.868	(33.882)	298.258
Aquisição de bens móveis e equipamentos em andamento	51.637	-	-	-	-	51.637
Arrendamento - móveis	2.315	4.788	-	-	(2.625)	4.478
Total - móveis	1.566.944	347.393	(26.990)	(2.230)	(158.052)	1.727.065
TOTAL	6.775.299	571.285	(91.678)	42.875	(366.617)	6.931.164

¹ Estão somadas às transferências os valores relativos a bens sucateados.

20.1. Arrendamentos

20.1.1. Ativos e passivos

Corresponde ao reconhecimento do direito de uso das operações de arrendamento no ativo imobilizado descontado a valor presente por uma taxa incremental de empréstimo em contrapartida ao passivo circulante e não circulante face a obrigação assumida no contrato. Além disso, para os contratos nos quais a empresa estiver razoavelmente certa de exercer essa opção de prorrogação ou rescisão, tais fatores passam a ser considerados na mensuração da obrigação.

ARRENDAMENTOS	31/12/2021	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	TRANSF.	DEPRECIACÃO	APROP. DE JUROS	PAGA- MENTOS	30/09/2022
Bens imóveis - arrendamento ¹	1.548.425	192.014	(65.174)	12	(178.775)	-	-	1.496.502
Bens móveis – arrendamento ²	2.315	4.788	-	-	(2.625)	-	-	4.478
Ativo	1.550.740	196.802	(65.174)	12	(181.400)	-	-	1.500.980
Arrendamento	1.680.723	191.567	(65.174)	-	-	120.504	(267.943)	1.659.679
Passivo	1.680.723	191.567	(65.174)	-	-	120.504	(267.943)	1.659.679

¹ foram somados aos bens imóveis as benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros apresentadas no quadro do imobilizado.

² referem-se, principalmente, a contratos de aluguel de empilhadeiras e equipamentos.

20.1.2. Arrendamentos - passivo

ARRENDAMENTOS	30/09/2022	31/12/2021
Circulante	336.162	323.440
Não circulante	1.323.517	1.357.283
TOTAL	1.659.679	1.680.723

NOTA 21 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são representados por licenças de softwares que são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição e implementação destes à estrutura organizacional da Empresa, até que estejam prontos para serem utilizados.

INTANGÍVEL	31/12/2021	ADIÇÕES	BAIXAS	BENS SUCATEADOS	AMORTIZAÇÃO	30/09/2022
Softwares, licenciamentos e similares	26.607	12.989	(9)	1.011	(12.497)	28.101
TOTAL	26.607	12.989	(9)	1.011	(12.497)	28.101

NOTA 22 DIVIDENDOS A PAGAR

No encerramento do exercício 2021, os dividendos a serem pagos a União, na ordem de R\$ 250.705, foram constituídos no limite dos dividendos obrigatórios, conforme disposto no Estatuto Social da Empresa, na proporção de 25% do lucro líquido ajustado. Em 16 de maio de 2022 foi realizado o pagamento dos dividendos à União.

NOTA 23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. Capital Social

O capital social dos Correios é de R\$ 3.403.458, totalmente subscrito e integralizado, constituído integralmente pela União.

23.2. Reservas de lucro

23.2.1. Reserva legal

Em atendimento a legislação vigente, os Correios destinaram 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício de 2021, ajustado aos efeitos, da absorção dos prejuízos acumulados, da realização do custo atribuído dos imóveis e da adoção inicial de imóveis reclassificados no exercício do imobilizado para propriedades para investimento avaliadas a valor justo, resultando na constituição da reserva legal na ordem de R\$ 72.147.

23.2.2. Reserva de contingência

Trata-se de reserva constituída no valor de R\$ 367.980 para compensar o provável impacto de evento extraordinário proveniente do repasse a ser efetuado à Operadora do plano de saúde para a constituição do capital regulatório e das provisões técnicas exigidas por lei, considerando a aprovação pela Diretoria executiva dos Correios da proposta de alteração do Estatuto Social da Postal Saúde que visa modificar a condição da empresa de mantenedora para patrocinadora.

Em março de 2022, houve a reversão de R\$ 221.000 dessa reserva, face ao repasse inicial efetuado à Postal Saúde para dar andamento às formalidades junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em relação a alteração da condição jurídica dos Correios na Postal Saúde, no qual faz-se necessário a cobertura das garantias financeiras nessa nova modelagem.

23.2.3. Reserva estatutária

A reserva na ordem de R\$ 188.029 refere-se à constituição de 25% do saldo remanescente do lucro líquido após a distribuição dos dividendos obrigatórios com vistas a garantir a manutenção do capital de giro da empresa, estando sua constituição limitada a 25% do capital social da empresa.

23.2.4. Reserva de retenção de lucros

No encerramento do exercício de 2021, após a distribuição dos dividendos obrigatórios e constituição das demais reservas de lucro, com base no orçamento de capital aprovado pela Administração, o saldo remanescente do lucro líquido ajustado, na ordem de R\$ 564.085, foi destinado a constituição desta reserva para fazer frente aos projetos de investimento da empresa e garantir a qualidade na prestação dos serviços.

23.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP

Valor correspondente ao custo atribuído dos bens imóveis, provenientes da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, conforme detalhado a seguir:

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - AAP	31/12/2021	REALIZAÇÃO ¹	IMPAIRMENT	30/09/2022
Custo atribuído	3.726.430	(25.065)	(2.514)	3.698.851
CSLL diferida	(335.379)	2.256	226	(332.897)

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - AAP	31/12/2021	REALIZAÇÃO ¹	IMPAIRMENT	30/09/2022
TOTAL	3.391.051	(22.809)	(2.288)	3.365.954

¹Realização pela depreciação do custo atribuído e/ou pela venda de ativos que possuam custo atribuído.

23.4. Outros Resultados Abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, às variações de mercado referentes às participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), bem como aos ganhos apurados na adoção inicial do método de avaliação a valor justo das propriedades para investimento, todos líquidos dos tributos diferidos.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	31/12/2021	MOVIMENTAÇÃO	30/09/2022
A - Ganhos/perdas atuariais e tributos diferidos	(6.131.322)	(1.288)	(6.132.610)
Ganhos/perdas atuariais	(6.695.880)	(1.288)	(6.697.168)
Postalis – PBD	(6.272.864)	-	(6.272.864)
PostalPrev	(423.016)	(1.288)	(424.304)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas atuariais	564.558	-	564.558
Postalis – PBD	564.558	-	564.558
B - Ganhos/perdas sobre investimentos e tributos diferidos	(21.416)	22.945	1.529
Ganhos/perdas – outras aplicações	(23.533)	25.213	1.680
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas em investimentos	2.117	(2.268)	(151)
C - Ganhos - propriedades para investimento	415.397	12.014	427.411
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	456.480	13.202	469.682
Tributos diferidos sobre ganhos	(41.083)	(1.188)	(42.271)
TOTAL (A+B+C)	(5.737.341)	33.671	(5.703.670)

NOTA 24 PARTES RELACIONADAS

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas Demonstrações Contábeis do 3º Trimestre de 2022, apresenta-se no quadro a seguir as entidades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

ENTIDADE	RELACIONAMENTO	NOTAS
União	Controladora	
Postal Saúde – Caixa de assistência e saúde dos empregados dos Correios	Patrocinada/Mantida	12.1.5
Postalis – Instituto de seguridade social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado	12.1.1, 12.1.2, e 17

24.1. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas dos Correios, destacadas nos desdobramentos seguintes, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas Demonstrações Contábeis em apreço.

24.2. Transações com a Postal Saúde

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 5 de dezembro de 2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais dos Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado no quadro da **nota 12.1.5**.

Além, disso, em março/2022, os Correios efetuaram repasse de R\$ 221 milhões à Operadora a título de Contribuição Adicional para cobertura das garantias financeiras exigidas pela legislação fase ao processo de alteração da condição jurídica da Empresa de Mantenedora para Patrocinadora da Postal Saúde, sendo esta uma condição da Agência de Saúde Suplementar (ANS) para andamento nas formalidades da pretensa alteração.

24.3. Transações com o Postalis

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As **notas 12.1.1, 12.1.2 e 17** apresentam as transações ocorridas com o Postalis.

O quadro a seguir evidencia os saldos de ativos e passivos relacionados às transações com patrocinadas.

TRANSAÇÕES COM PATROCINADAS	30/09/2022	31/12/2021
Postal Saúde	(216.810)	(132.513)
Empregados liberados	76	166
Concessão de espaço	484	371
Obrigação - convênio CorreiosSa�de	(195.242)	(109.091)
Obrigação - saúde ocupacional	(20.022)	(18.366)
Obrigação - benefício de medicamentos	(2.106)	(5.593)
Postalis	(94.126)	(156.566)
Postalis (PostalPrev) – empregado	(20.440)	(42.249)
Postalis (BD) – empregado	(5.212)	(10.146)
Postalis (PostalPrev) - empregador	(19.640)	(41.311)
Postalis (BD) - empregador	(27.065)	(49.704)
Recebimento para o Postalis	(19.139)	(10.806)
Fornecedores ¹	(2.630)	(2.350)
TOTAL	(310.936)	(289.079)

¹ montante correspondente   a apropriação do aluguel devido ao Postalis.

24.4. Remuneração do pessoal chave da Administração

Remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração dos Correios.

REMUNERAÇÃO ANUAL DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA
3º Trimestre -2022				
Salários e benefícios	995	81	40	63
Encargos sociais	275	11	4	7
Previdência complementar	48	-	-	-
Remuneração total	1.318	92	44	70
Número de membros	7	6	3	2
3º Trimestre -2021				
Salários e benefícios	985	88	40	54
Encargos sociais	275	8	3	5
Previdência complementar	53	-	-	-
Remuneração total	1.313	96	43	59
Número de membros	7	7	3	2

NOTA 25 OUTRAS INFORMAÇÕES

Remuneração mensal paga aos funcionários e   Administração dos Correios (em reais).

REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES	30/09/2022	30/09/2021
Menor remuneração	1.655	1.488
Maior remuneração	55.365	52.619
Remuneração média ¹	5.172	4.291
Dirigentes		
Presidente	52.619	52.619
Diretores	45.847	45.847
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.496	4.496
Conselho de Administração	4.496	4.496
Comitê de Auditoria	8.992	8.992

¹Empregados, assessores especiais e dirigentes

NOTA 26 EVENTOS SUBSEQUENTES

26.1. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, publicou em fevereiro de 2020 o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, assinado pelo Postalis, PREVIC e Correios.

Em dezembro de 2021 foi aprovado pelos órgãos colegiados dos Correios o encaminhamento das propostas de plano de equacionamento e de alteração regulamentar do PBD ao Ministério das Comunicações - MCOM (órgão supervisor) para submissão à análise e aprovação pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST/ME.

Em julho de 2022 a SEST emitiu e encaminhou aos Correios Nota Técnica acerca do tema e em setembro os Correios submeteram novamente a proposta do citado plano de equacionamento e de alteração do PBD.

Floriano Peixoto Vieira Neto
Presidente

Heglehyschynton Valério Marçal
Diretor Econômico-Financeiro,
Tecnologia e Segurança da
Informação

Mércia da Silva Pedreira
Diretora de Gestão de Pessoas

José Eduardo Leal de Oliveira
Diretor de Governança e Estratégia

Danilo Cezar Aguiar de Souza
Diretor de Administração

Alex do Nascimento
Diretor de Negócios

Carlos Henrique de Luca Ribeiro
Diretor de Operações

Vanessa Sandri Barbosa
Contadora
CRC/DF - 014297/O-0



